

# Uma reunião no Clube

\* 8 FEVEREIRO 1990

GAZETA MERCANTIL

por Cláudia de Souza  
de Paris

O Brasil reiniciou ontem negociações sobre sua dívida com o Clube de Paris, o grupo de representantes dos governos credores que se reúne regularmente na capital francesa, coordenado por Jean Claude Trichet, secretário do Tesouro francês.

Ontem, pela manhã, a assessora de assuntos econômicos do presidente eleito Fernando Collor, Zélia Cardoso de Melo, conversou durante quase uma hora com Trichet, em sua sala no prédio do Tesouro, cercada apenas de intérpretes e conselheiros diplomáticos, e expôs a ele, em inglês, as intenções do novo governo com relação à renegociação da dívida externa.

**Não foi preciso fazer explicações a respeito de seu programa econômico, que**



Jean Claude Trichet

Trichet já conhecia. Ambos trocaram as primeiras idéias a respeito do relacionamento que o Brasil terá com o Clube — que exclui os bancos comerciais —, a partir de março.

Essas idéias serão relatadas por Trichet ao Clube de Paris em reunião a ser realizada dentro de duas semanas, declarou a este jornal a assessora econômica do novo presidente, num claro sinal de que a

Várias outras propostas de negócios como este têm surgido de diversas instâncias financeiras em todo o mundo, como a idéia do futuro governo já iniciou banco de investimento Prudential-Bache, de tratar US\$ 1 bilhão em dívida brasileira vencida por novos bônus. As operações concretas não têm saido, mas os bancos continuam muito interessados nelas, apostando na chance de concretizá-las no futuro governo Collor de Melo, como disse um qualificado executivo de um banco

glês a este jornal.

Este certamente será um dos temas subjacentes à conversa que dirigentes dos principais bancos britânicos terão com Collor hoje, em Londres. Collor chegou ontem à noite de Paris e encontrou-se com o ministro britânico das Relações Exteriores (Foreign Office), Douglas Hurd, e Geoffrey Howe, primeiro-ministro-adjunto. Howe demonstrou interesse em falar com Collor e o encontro acabou sendo acrescentado à agenda original.

Estarão com Collor, de manhã, no hotel em que está hospedado, o "Claridges", os presidentes do Midland, Keith McMahom, do Barclays, John Quinton e do Standard Chartered, Rodney Galpin, além de altos funcionários do National Westminster e do Lloyds Bank. A agenda econômica de Collor inclui ainda encontros com o governador do Bank of England (banco central), com o secretário (ministro) do Tesouro, John Major, e do Meio Ambiente, Christopher Patten, além de um almoço na Câmara Brasileira de Comércio. Antes de partir para Portugal, no final do dia, Collor encontrase com a primeira-ministra Margaret Thatcher.

Do lado dos bancos, existem interesses, no mínimo, paralelos em relação ao Brasil. Os bancos querem um acordo que permita a retomada do pagamento dos juros e estão pressionando para que o Brasil, desde logo, faça algum pagamento, ainda que simbólico, como gesto de boa vontade.

Ao mesmo tempo e em paralelo, os bancos estão muito interessados em que o novo governo abra a possibilidade de negócios envolvendo a dívida vencida, especialmente

ao contrário do que afirmou o secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral. O diretor da área externa do BC, Arnim Lore, assegurou para este jornal que nada foi liberado até ontem.)

"Um encontro extremamente útil", foi o que declarou ao final da reunião o coordenador do Clube, recusando-se a acrescentar qualquer coisa, na tradicional discrição e parcimônia de declarações à imprensa desse círculo fechado de credores oficiais. Zélia relatou a este jornal que o diálogo foi cordial, não tendo existido mal-estar — o que poderia ter acontecido, dada a história das relações difíceis do Brasil com o Clube nos últimos anos.

"Ele mostrou o 'good will' de que eu precisava", disse Zélia a este jornal. Durante a conversa, Trichet teria reiterado a posição de solidariedade ao Brasil do governo francês — que é credor de cerca de

20% da dívida tratada com o Clube —, na negociação que ora se inicia. Teria sido aceita também na França — a exemplo do que ocorreu nos diálogos de futuro governo a governo em Bonn e em Washington, por exemplo — a argumentação apresentada por Collor de que alguma flexibilidade deverá existir nos esquemas que venham a ser acertados para reescalonar a dívida externa brasileira, já que o Brasil pretende, como prioridade,

(Continua na página 7)

O presidente eleito, Fernando Collor de Mello, encontra-se hoje pela manhã com representantes dos principais bancos britânicos, no hotel em que está hospedado em Londres, o Claridges. Querem que o Brasil retome o pagamento de sua dívida, ainda que simbolicamente, e que amplie o espaço para mecanismos como a conversão em investimentos.

(Ver página 7)

Também fica evidente que o mundo, como a idéia do futuro governo já iniciou a discussão, o que é inevitável, já que o último acordo formal de reescalonamento de US\$ 4,992 bilhões da dívida, fechado no último dia de julho de 1988, expira em 31 de março.

(O Brasil ainda não efetuou nenhum pagamento dos US\$ 980 milhões que estão em atraso com o Clube de Paris desde 2 de janeiro,

que o País tenha perdido algo em torno de US\$ 1,5 bilhão em linhas de curto prazo desde que se somou a moratória no pagamento de juros com as incertezas sobre o resultado da eleição presidencial. A retomada da negociação e um programa de ajuste do novo governo poderiam inverter essa tendência.

A perspectiva da maioria dos bancos internacionais, de todo modo, é a de "ordenar a eliminação de seus empréstimos ao Brasil e outros devedores do Terceiro Mundo", nas palavras de um banqueiro. Não há interesse em manter esse portfólio e muito menos em ampliá-lo através de dinheiro novo. O que de melhor poderia acontecer seria encontrar formas lucrativas de se desfazer dos empréstimos — e aí entram as inúmeras alternativas de negócios que podem ser feitos com a dívida.

O atual governo brasileiro tem rejeitado muitas dessas idéias, alegando que uma administração em fim de mandato tem menos espaço para inovações. Há indicações razoáveis de que o futuro governo pretende explorar alternativas desse tipo e essa é uma área de conversa onde existe grande interesse de muitos grandes bancos.

Pode parecer contraditório que os bancos pressionem, de um lado, pela retomada dos pagamentos dos juros e das negociações formais e, de outro, ofereçam negócios imediatos que significam alguma redução da dívida e independem da própria existência de um acordo formal. O fato, contudo, é que esta divisão de interesses existe e, na prática, deverá ser explorada pelo novo governo. Os bancos torcem por isso.